

Fernando Facury Scaff
Misabel de Abreu Machado Derzi
Onofre Alves Batista Júnior
Heleno Taveira Torres
Coordenadores

TRIBUTAÇÃO, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

Fernando Facury Scaff
Misabel de Abreu Machado Derzi
Onofre Alves Batista Júnior
Heleno Taveira Torres
Coordenadores

TRIBUTAÇÃO, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

Área específica
DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins do livro
DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS
E ECONOMIA.

Palavras-chave

DIREITO TRIBUTÁRIO; REFORMA TRIBUTÁRIA;
DESIGUALDADE SOCIAL; DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3945

abradd.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DIREITO TRIBUTÁRIO

IDFin INSTITUTO
DE DIREITO
FINANCEIRO

FORUM

A obra *Tributação, Desigualdade e Desenvolvimento*, organizada pelos ilustres professores Fernando Facury Scaff, Misabel de Abreu Machado Derzi, Onofre Alves Batista Júnior e Heleno Taveira Torres, reúne renomados juristas e economistas em um estudo inédito sobre o Sistema Tributário Nacional.

O livro é composto por uma série de artigos que exploram a influência da tributação sobre a desigualdade social e o desenvolvimento econômico nacional, incluindo as mudanças realizadas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que reformou a tributação sobre o consumo no Brasil, respondendo a questionamentos inerentes a qualquer estudioso da carga tributária brasileira.

T822 Tributação, desigualdade e desenvolvimento / Fernando Facury Scaff, Misabel de Abreu Machado Derzi, Onofre Alves Batista Júnior, Heleno Taveira Torres (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.
442p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-100-5

ISBN digital 978-65-5518-997-1

1. Direito tributário. 2. Reforma tributária. 3. Desigualdade social. 4. Desenvolvimento econômico. I. Scaff, Fernando Facury. II. Derzi, Misabel de Abreu Machado. III. Batista Júnior, Onofre Alves. IV. Torres, Heleno Taveira. V. Título.

CDD: 341.39

CDU: 336

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SCAFF, Fernando Facury; DERZI, Misabel de Abreu Machado; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Tributação, desigualdade e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 442p. ISBN 978-65-5518-100-5.

FERNANDO FACURY SCAFF

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP). Professor titular aposentado de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal do Pará (UFPA). Livre-docente e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Estágio pós-doutoral nas Universidades de Pisa e Firenze, Itália. Advogado, sócio de Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff – Advogados.

HELENO TAVEIRA TORRES

Professor titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor e livre-docente de Direito Tributário na mesma instituição, desde 2003. Doutor (PUC-SP), mestre (UFPE) e especialista (Università di Roma – La Sapienza) em Direito Tributário. Foi vice-presidente Mundial da International Fiscal Association (IFA), com sede em Amsterdã – Holanda, de janeiro de 2008 a dezembro de 2013. Diretor vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF). Membro do Conselho Executivo do Instituto Latinoamericano de Derecho Tributario (ILADT), além de outras importantes associações no Brasil e no exterior, como a ABRADT, IAB, IASP. É conselheiro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur), conselheiro e membro da Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), conselheiro e membro da Câmara de Arbitragem da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO).

MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista e doutora em Direito pela UFMG. Atualmente é professora emérita e titular em Direito Financeiro e Tributário das Faculdades Milton Campos e da Faculdade de Direito da UFMG. Ex-coordenadora dos cursos de pós-graduação e ex-chefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. Ex-Procuradora-Geral do Estado de Minas Gerais e ex-Procuradora-Geral do Município de Belo Horizonte. Advogada. Sócia conselheira do Sacha Calmon – Misabel Derzi Consultores e Advogados. Já publicou mais de 450 trabalhos entre artigos, capítulos de livros, livros e comunicações em congressos. Já participou de mais de 600 congressos como

palestrante ou conferencista. Atualmente mantém projeto de pesquisa em desenvolvimento na pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário e Financeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: direito tributário, tributação, constituição, reforma tributária e tributo. Membro da Comissão Especial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Federal) para defesa do federalismo.

ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR

Graduado em Direito, Administração e Engenharia Civil. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutoramento em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É professor associado de Direito Público da graduação, mestrado e doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professor de Direito Tributário da PUC Minas, da UNA e das Faculdades Pitágoras, bem como da pós-graduação de Direito Tributário das Faculdades Milton Campos e IEC/PUC Minas. É autor/organizador de mais de 50 livros e já escreveu mais de 180 artigos em livros e revistas especializadas. Atualmente é sócio do Coimbra & Chaves Advogados. Foi Advogado-Geral do Estado (AGE) de Minas Gerais, tendo sido Procurador Chefe da Dívida Ativa; Procurador-Regional do Estado; Diretor do Centro de Estudos da AGE; membro do Conselho Consultivo do Colégio de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (CONPEG) e do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). É diretor científico da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT) e foi também superintendente e auditor fiscal do Estado de Minas Gerais. Membro da Comissão Especial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Federal) para defesa do federalismo.

APRESENTAÇÃO.....	13
PARECER DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA ABRADT	17
TRIBUTAÇÃO, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO: AS CAPACIDADES FINANCEIRAS CONTRIBUTIVA E RECEPTIVA FERNANDO FACURY SCAFF	19
Introdução.....	19
As capacidades financeiras	22
O princípio da capacidade econômica ou contributiva	23
A capacidade receptiva.....	33
Conclusões	39
Referências	39
PROGRESSO DIGITAL OU RETROCESSO NA CIDADANIA? DO SILÊNCIO AO EMUDECIMENTO: A RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE NA REFORMA TRIBUTÁRIA MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI, VALTER DE SOUZA LOBATO, JOSÉ ANTONINO MARINHO NETO	43
Introdução: a possibilidade moral da autonomia da pessoa e do consentimento ao tributo	43
A autonomia da vontade ou da pessoa. O dever é sempre condicionado (assim como o direito). As regras: universalidade (no dizer kantiano) ou generalidade à la Schauer	47
O “silêncio” anterior à reforma tributária.....	51
Reforma tributária: o “silêncio” e a fragilidade do consentimento ao tributo foram mantidos com o amesquinamento do federalismo cooperativo.....	53
Breve síntese de pontos relevantes da reforma	54
A simplificação e a generalização do dever de pagar os tributos sobre o consumo rompidas em numerosas exceções, já previstas na Emenda Constitucional nº 132/2023	57
O federalismo derrotado: razões pelas quais, apesar do <i>cashback</i> , da imunidade/isenção da cesta básica; apesar de a tributação correr para o destino; e ainda, apesar dos fundos de desenvolvimento, o consentimento ao tributo permanece fragilizado	62
O novo emudecimento: as plataformas digitais de pagamento; confissões automáticas de dívida e a figura do <i>split payment</i>	67
Considerações finais.....	74
Referências	75
TRAVAS TRIBUTÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR, SAMUEL GIOVANNINI CRUZ GUIMARÃES	79
Introdução.....	79
Justiça, desenvolvimento, liberdade e tributação na Constituição de 1988	80
A distorção da redistribuição, o peso das contribuições de difícil repercussão incidentes sobre folha e o efeito cascata da CSLL sobre instituições financeiras	89
O grave problema trazido por um tributo fraudulento chamado CSLL	99
Considerações finais.....	107

FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO: AGROTÓXICOS
DIANTE DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

BRUNO BASTOS DE OLIVEIRA, RENATO RAMALHO	109
Introdução.....	109
A função socioeconômica da tributação.....	110
Tributação e incentivos fiscais	114
Breves considerações sobre riscos e prejuízos do uso excessivo de agrotóxicos	115
Incentivos fiscais para agrotóxicos no Brasil	117
Agrotóxicos no contexto da reforma tributária do consumo	118
Considerações finais.....	123
Referências	125

SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA
TRIBUTÁRIA COMO VETOR DE IGUALDADE

GRACE MENDONÇA, SUZANA MENDONÇA	127
Introdução.....	127
Segurança jurídica em matéria tributária à luz do entendimento do STF	128
A relação entre segurança jurídica e igualdade em matéria tributária	131
Conclusão.....	133
Referências	134

A NÃO CUMULATIVIDADE DO ICMS E A ISONOMIA TRIBUTÁRIA

GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA	137
Introdução.....	137
O crédito físico e o crédito financeiro	138
As relações entre a não cumulatividade, a isonomia, a capacidade contributiva, a livre iniciativa e a neutralidade fiscal	144
Considerações finais.....	147
Referências	148

PROGRESSIVIDADE NA TRIBUTAÇÃO DAS
HERANÇAS E O CRITÉRIO DO PARENTESCO

HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO	151
Introdução.....	151
Algumas definições como premissa	151
Tributação de heranças e justiça fiscal.....	156
Progressividade e ITCMD: critérios.....	158
A proximidade do grau de parentesco do herdeiro como critério	159
Conclusão.....	169
Referências	172

FUNÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, ANA REGINA CAMPOS DE SICA	177
Introdução.....	177
Da norma de rejeição social.....	177
Da perspectiva filosófica.....	179
Da justiça tributária	182
Do Sistema Tributário Brasileiro	184
Conclusão.....	187

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: INTERSEÇÕES ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS PREFERENCIAIS BRASILEIROS E A PROPRIEDADE INTELECTUAL: REQUISITO DA SUBSTÂNCIA	
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, LUCILENE RODRIGUES SANTOS	189
Introdução.....	189
Proteção constitucional à inovação tecnológica: conteúdo mínimo	190
Interseções dos regimes tributários preferenciais brasileiros com a propriedade intelectual (PI) e o requisito da substância ..	193
Regimes tributários preferenciais verticais: setores de semicondutores e de tecnologia e comunicação	195
Regime fiscal preferencial para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico (Lei do Bem).....	197
Regimes preferenciais tributários brasileiros e desenvolvimento econômico e social.....	198
Propriedade intelectual e proteção do conhecimento	200
Conclusão.....	204
Referências	206
BREVE ENSAIO SOBRE O PRINCÍPIO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA (EC Nº 132/23)	
LUCIANA GRASSANO DE GOUVÊA MELO	211
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DIREITOS HUMANOS E TRIBUTAÇÃO: NOTAS PARA BREVES REFLEXÕES E UMA PERSPECTIVA	
LUIZ EDSON FACHIN, ROBERTA ZUMBLICK MARTINS DA SILVA	223
Introdução.....	223
Inteligência artificial e um futuro possível	224
Visão multidisciplinar e o papel do Direito Tributário.....	231
Conclusão.....	233
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FNDR): INSTRUMENTO FINANCEIRO PARA A MITIGAÇÃO DAS DESIGUALDADES DIANTE DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	
LUMA CAVALEIRO DE MACEDO SCAFF	235
Introdução.....	235
Atividade financeira do Estado: o desenvolvimento e as políticas públicas	237
Fundos fiscais: instrumentos financeiros para a mitigação das desigualdades.....	239
Política Nacional de Desenvolvimento e o combate às desigualdades: questão delicada entre a arrecadação, a gestão e o destino dos valores públicos	241
Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e desigualdades regionais e sociais.....	242
Considerações finais.....	244
Referências	246
O DESINTERESSE DOS ESTADOS BRASILEIROS QUANTO À EFETIVA CONCRETIZAÇÃO DA PROGRESSIVIDADE DO IMPOSTO SOBRE HERANÇAS E DOAÇÕES EXIGIDA NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023	
MARCIANO SEABRA DE GODOI	249
Introdução.....	249
Perfil geral das legislações do imposto sobre heranças e doações: capacidade contributiva às avessas e resistência de nove Estados à progressividade de alíquotas.....	250
Medidas da EC nº 132 no sentido da transformação do imposto sobre heranças e doações num imposto efetivamente progressivo	254
Obrigatoriedade de alíquotas progressivas	256

Competência para a cobrança do imposto no caso de bens móveis, títulos e créditos	257
Autorização constitucional expressa para a cobrança do imposto em situações com elementos de conexão no exterior....	257
A inércia dos Estados quanto ao cumprimento da EC nº 132 durante o ano de 2024	258
O caso de Minas Gerais.....	260
Conclusão.....	263
Referências	264
 A EVASÃO TRIBUTÁRIA COMO UMA CAUSA CENTRAL DA DESIGUALDADE	
MARCOS CINTRA	267
O impacto estrutural da desigualdade no desenvolvimento econômico	268
Os efeitos aumentativos da tributação na desigualdade	270
Rompendo o círculo vicioso.....	271
Em busca de soluções.....	272
O combate à desigualdade	273
O resgate da previdência: um bem-vindo subproduto.....	275
 O PAPEL DAS HERANÇAS NA DESIGUALDADE INTERGERACIONAL	
MARIANA CORRÊA DE ANDRADE PINHO	279
A desigualdade é uma expressão em que cabe muita coisa.....	281
A contribuição das heranças na formação de uma elite mundial	285
A desigualdade vista do topo no Brasil.....	288
O papel redistributivo do imposto sobre heranças	296
Conclusão.....	299
Referências	301
 FEDERALISMO EM TRANSIÇÃO: O FIM DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO	
PAULO ROSENBLATT, CAIO DE SOUZA LEÃO	305
Introdução.....	305
Incentivos fiscais e desenvolvimento regional: fim da guerra fiscal em detrimento da competência tributária	307
Reforma tributária com deformação federativa	311
Desenvolvimento regional pós-reforma tributária: coordenação e integração nacional?.....	314
Conclusão.....	316
Referências	317
 SISTEMA TRIBUTÁRIO JUSTO E A CONCRETIZAÇÃO DA FRATERNIDADE NO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO	
REYNALDO SOARES DA FONSECA, RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	321
Introdução.....	321
O federalismo fiscal na Constituição Financeira.....	322
Federalismo fiscal de equilíbrio.....	325
Federalismo fiscal cooperativo	327
Federalismo fiscal fraternal	330
Considerações finais.....	333
Referências	333
 REFORMA TRIBUTÁRIA, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NOS IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO E A REGRESSIVIDADE SISTÊMICA DA EC Nº 132/2023	
RICARDO LODI RIBEIRO	337
Introdução.....	337
A seletividade como manifestação da capacidade contributiva nos impostos sobre o consumo	338

Concessões à justiça fiscal durante a tramitação da reforma tributária	342
Conclusão: a regressividade sistêmica da EC nº 132/23.....	348
IMPOSTOS SOBRE A RENDA GANHA E A RENDA GASTA. REGRESSIVIDADE SISTÊMICA	
SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO	351
JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	
SOLON SEHN	357
Introdução e delimitação do tema.....	357
Princípio da capacidade contributiva como expressão da imposição justa.....	358
Progressividade	362
Mínimo vital	363
Dimensão negativa do princípio	365
Idoneidade ou consistência econômica do pressuposto de fato.	365
Capacidade econômica objetiva e subjetiva.....	366
Abuso de presunções legais	366
Mitigação dos efeitos inflacionários.....	367
Vedação de tributação sancionatória	368
Coerência interna	370
Limitação na definição da sujeição passiva	372
Neutralidade intertemporal	373
Vedação ao confisco.....	374
Referências	378
REFORMA TRIBUTÁRIA E OS AVANÇOS NA MITIGAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO	
TARSILA RIBEIRO MARQUES FERNANDES, LUIZA SOUZA DANTAS MARTINS TORRES	381
Introdução.....	381
O sistema tributário brasileiro: como ele impacta (e amplia) a desigualdade de gênero?	382
Propostas e soluções adotadas na reforma tributária para a mitigação da desigualdade de gênero	387
Considerações finais.....	393
Referências	394
TEORIA DOS SISTEMAS E A FUNÇÃO <i>EXTRAFISCAL</i> DA TRIBUTAÇÃO: PERSPECTIVA DE REDUÇÃO DE INTERCONEXÕES COMPLEXAS NA REFORMA TRIBUTÁRIA	
ULISSES SCHWARZ VIANA	397
Introdução.....	397
A tributação como fenômeno inserido em conexões intersistêmicas complexas (<i>komplexe strukturelle Kopplungen</i>).....	398
A função social da tributação para além da <i>arrecadação</i> : políticas fiscais e desenvolvimento econômico como interconexões sistêmicas.....	404
EC nº 123/2023 e reflexões sistêmicas sobre seus efeitos na <i>extrafiscalidade</i> como instrumento de desenvolvimento regional e de redução de desigualdades regionais	406
Notas conclusivas	408
Referências	409
FORMALISMO E REALISMO NA MATRIZ TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: TRIBUTAÇÃO, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO	
FRANCISCO GASSEN, MARCIO AUGUSTO CAMPOS, VALCIR GASSEN	411
Introdução.....	411
Formalismo e realismo no Direito Tributário brasileiro	412
Origens exclusivamente jurídicas do debate tributário no Brasil	413

Efeitos da ausência de uma dualidade entre Direito e Economia.....	415
O contexto da segunda metade do século XX	417
As funções da tributação: sua importância no campo tributário	418
Função alocativa	419
Função estabilizadora	421
Função distributiva.....	421
Tributação, desigualdade e desenvolvimento: os desafios em face de uma matriz tributária regressiva.....	423
Concentração de renda no Brasil.....	424
Matriz tributária regressiva.....	427
Tributação, desigualdade e desenvolvimento.....	429
Considerações finais.....	431
Referências	433
 SOBRE OS AUTORES.....	 437

Ana Regina Campos De Sica

Advogada assistente do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, desde 2007. Especialista em Direito Tributário, em Processo Civil e em direitos humanos. Pós-graduada em Direito Público. Mediadora de conflitos e psicanalista.

Bruno Bastos de Oliveira

Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor de Direito Tributário e Financeiro, na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor permanente do PPG Direito UNESP e professor colaborador do PPGD UNIMAR. Pesquisador e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Tributação, Cidadania e Desenvolvimento (NETCD) da UNESP.

Caio de Souza Leão

Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor de Direito Tributário na UNINASSAU (Campus Olinda). Advogado. *E-mail*: caiosouzaleao@gmail.com.

Fernando Facury Scaff

Professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, advogado sócio de Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff – Advogados. *E-mail*: fernando.facury.scaff@usp.br.

Francisco Gassen

Advogado. Professor da Escola Superior de Tributação de Brasília (ESTB). Especialista em Direito Público na Faculdade CESUSC, mestre em Direito e doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Constituição e Tributação (GETRIB).

Grace Mendonça

Advogada. Mestra em Direito Constitucional. Pós-graduada em Direito Processual Civil. Membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Rede Sarah Hospitais de Reabilitação. Presidente do Conselho Temático de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional da Indústria. Advogada pública (2001-2019). Advogada-Geral da União (2016-2018).

Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Professor associado de Direito Financeiro e Direito Tributário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e doutor em Direito Público pela UERJ. Procurador do Município do Rio de Janeiro. Advogado.

Hugo de Brito Machado Segundo

Advogado. Professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Professor do Centro Universitário Christus. Membro do Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET) e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). *Visiting Scholar* da Wirtschaftsuniversität, Viena, Áustria (2012/2013 – 2015/2016 - 2018).

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região. Professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia). Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná, catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO-SP.

José Antonio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020), Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2014-2016), Ministro de Estado Chefe da Advocacia-Geral da União (2007-2009).

José Antonino Marinho Neto

Professor do curso de especialização em Direito Tributário da PUC Minas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Constitucional pelo IDP. Pesquisador do Observatório da Macrolitigância Fiscal (IDP). Membro e assessor especial da Presidência da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB. Membro da Comissão de Direito de Tributário da OAB/MG. Advogado e consultor.

Luciana Grassano de Gouvêa Melo

Doutora em Direito pela UFPE (2006), com estágio doutoral (2006) na Universidade Lusíada em Lisboa e pós-doutoral (2014) na Universidade de Bologna, na Itália (ambos pela CAPES). Professora titular da graduação, mestrado e doutorado em Direito da UFPE, ex-diretora da Faculdade de Direito do Recife/UFPE (2007 a 2015) e Procuradora do Estado de Pernambuco.

Lucilene Rodrigues Santos

Chefe do Gabinete do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. Especialista em Direito Tributário pela PUC/COGEAE. Mestra em Direito Empresarial pela Uninove.

Luiz Edson Fachin

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor do UNICEUB. Alma Mater: Universidade Federal do Paraná. Mestre e doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP, autor de diversas obras e artigos.

Luiza Souza Dantas Martins Torres

Especialista em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Assessora de Promotoria no Ministério Público do Estado de Goiás.

Luma Cavaleiro de Macedo Scaff

Advogada. Doutora em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (2005). Advogada. Professora no curso de graduação em Direito. Professora na pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Professora no mestrado profissional em Direito e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Ex-pesquisadora bolsista da Fundação Ford. Membro da Rede de Pesquisa Junction Amazonian Biodiversity Units Research Network Program (JAMBU-RNP). Coordenadora do projeto de pesquisa Financiando Direitos @financiandodireitosgp. Tem experiência na área jurídica com ênfase em Direito Financeiro, Direito Tributário e Direitos Humanos. Atua também com Direito Empresarial e direitos humanos, alinhando o terceiro setor com responsabilidade social. *E-mail:* lumascaff@yahoo.com.br.

Marcio Augusto Campos

Coordenador acadêmico e professor da Escola Superior de Tributação de Brasília (ESTB). Mestre e doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Ciências Jurídicas pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Auditor fiscal lotado na Divisão de Tributação Internacional da Receita Federal do Brasil.

Mariana Corrêa de Andrade Pinho

Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Doutora em Direito Financeiro pela USP. Procuradora da Fazenda Nacional.

Marcos Cintra

Doutor em Economia pela Harvard University (EUA), professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e foi Secretário Especial da Receita Federal.

Marciano Seabra de Godoi

Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madri e mestre em Direito Tributário pela UFMG. Pós-doutorado (com bolsa da Capes) na Universidade Autônoma de Madri. Professor da PUC Minas. Vice-presidente do Instituto de Estudos Fiscais (IEFi). Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq) Finanças Públicas, Igualdade e Democracia. Advogado.

Misabel de Abreu Machado Derzi

Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT). Presidente da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB. Ex-Procuradora-Geral do Estado de Minas Gerais e ex-Procuradora-Geral do Município de Belo Horizonte. Advogada e consultora.

Onofre Alves Batista Júnior

Pós-doutoramento em democracia e direitos humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Graduado em Direito, Administração e Engenharia Civil. Professor associado de Direito Público da graduação, mestrado e doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Advogado.

Paulo Rosenblatt

Doutor em Direito Tributário pelo Institute of Advanced Legal Studies (IALS), Universidade de Londres. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Financeiro e Tributário na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado. *E-mail:* paulo.rosenblatt@unicap.com.br.

Rafael Campos Soares da Fonseca

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo. Pós-doutor, mestre e bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Professor titular (graduação, mestrado e doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Coordenador-Geral do curso de Direito do Centro Universitário UNIEURO/DF. Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Renato Ramalho

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito do Estado, Regulação e Tributação Indutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPE). Procurador do Estado de Pernambuco. Assessor de Ministra no Superior Tribunal de Justiça.

Reynaldo Soares da Fonseca

Pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pelo *Ius Gentium Conimbrigae* — Centro de Direitos Humanos (IGC) da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutorado em Direito Constitucional pela FADISP-SP, com pesquisa realizada na Universidade de Siena, Itália. Mestre em Direito Público (PUC-SP). Professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB). Professor do Mestrado Profissional em Direito, Regulação e Políticas Públicas (UnB). Professor do Doutorado e Mestrado da Uninove. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Ricardo Lodi Ribeiro

Professor associado de Direito Financeiro da UERJ. Ex-reitor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UERJ. Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário (SBDT). Sócio de Ricardo Lodi Advogados.

Roberta Zumblick Martins da Silva

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direito Processual e graduada em Direito pela CESUSC. Pesquisadora do Projeto Victor em parceria da UnB com o STF. Coautora do livro *Inteligência Artificial e Direito* e integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial (DR.IA-UnB).

Sacha Calmon Navarro Coêlho

Advogado, coordenador do curso de especialização em Direito Tributário das Faculdades Milton Campos. Ex-professor titular das Faculdades de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ex-juiz federal. Ex-procurador chefe da Procuradoria Fiscal de Minas Gerais. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) no Rio de Janeiro. Autor do “Curso de Direito Tributário Brasileiro” (Forense). *E-mail*: scalmon@sachacalmon.com.br.

Samuel Giovannini Cruz Guimarães

Mestrando e graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ganador do Prêmio Barão do Rio Branco. Estagiário docente nas disciplinas Direito Tributário I e II da Faculdade de Direito da UFMG. Advogado.

Solon Sehn

Professor de Direito Aduaneiro e Tributário, doutor e mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado, graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ex-conselheiro do Conselho Administrativo Federal de Recursos Fiscais (CARF), representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Currículo completo em: <https://linktr.ee/ssehn>.

Suzana Mendonça

Advogada. Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas e mestra em Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pós-graduada em Direito Constitucional. Pós-graduada em Bioética.

Tarsila Ribeiro Marques Fernandes

Doutora em Direito Tributário pela Radboud University, em Nijmegen (Holanda), mestre em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília, professora do doutorado, mestrado profissional e da especialização do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Procuradora Federal, assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Reforma Tributária e Jurisdição Constitucional do IDP. Integrante do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da FGV Direito SP.

Ulisses Schwarz Viana

Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Professor da graduação em Direito do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa (IDP/Brasília), professor da pós-graduação em Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa (IDP/Brasília). Professor do programa de mestrado acadêmico e doutorado em Direito do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa (IDP/Brasília). Membro da Comissão Especial de Defesa da Federação do Conselho Federal da OAB. Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul. *E-mail*: ulisses.schwarz@idp.edu.br.

Valcir Gassen

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e doutor pela UFSC, com estudos de pós-doutorado na Universidade de Alicante, na Espanha, e na Thomas Jefferson School of Law nos EUA (estágio sênior CAPES 2013/14). Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado, Constituição e Tributação (GETRIB).

Valter de Souza Lobato

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente honorário da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT). Mestre e doutor pela UFMG. Advogado e consultor.